

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

| | |
|-----------------------------|-------|
| WILSON FORTES | ARENA |
| ANTONIO COSTA | ARENA |
| NELSON BUFFARA | MDB |
| IVO TOMAZONI | ARENA |
| QUIELSE CRISOSTOMO | ARENA |
| DOMICIO SCARAMELLA | MDB |
| ROSARIO PITELLI | ARENA |
| AGUINALDO PEREIRA LIMA | ARENA |
| ALVARO DIAS | MDB |
| ANTONIO BELINATI | MDB |
| ANTONIO LOPES JUNIOR | ARENA |
| ANTONIO MACIEL | ARENA |
| ARIZONE ARAUJO | ARENA |
| ARMANDO QUEIROZ | ARENA |
| ARTHUR DE SOUZA | ARENA |
| BASILIO ZANUSO | ARENA |
| BORSARI NETO | ARENA |
| CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA | ARENA |
| DAVID FEDERMANN | ARENA |
| EMILIO CARAZZAI | ARENA |
| ERONDY SILVERIO | ARENA |
| FABIANO BRAGA CORTES | ARENA |
| FRANCISCO ESCORSIN | ARENA |
| GILBERTO CARVALHO | ARENA |
| GABRIEL MANOEL | ARENA |
| FUAD NACLI | ARENA |
| MELIO MANFRINATO | MDB |
| IGO LOSSO | ARENA |
| JOAO FADEL | ARENA |
| JOAO MANSUR | ARENA |
| JORGE SATO | ARENA |
| LAZARO DUMONT | ARENA |
| LEOPOLDO JACOMEL | ARENA |
| LUIZ ROBERTO SOARES | ARENA |
| MARCIANO BARANIUK | ARENA |
| MAURICIO FRUET | MDB |
| MUGGIATI FILHO | MDB |
| NIVALDO KRUGER | MDB |
| ODILON REINHARDT | ARENA |
| OVIDIO FRANZONI | ARENA |
| PAULO CAMARGO | ARENA |
| PAULO POLI | ARENA |
| PINTO DIAS | ARENA |
| SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR | MDB |
| SANTOS LIMA | ARENA |
| WILSON BRANDAO | ARENA |
| XENOFONTE VILLANUEVA | ARENA |

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Builara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélío Guimarães Soto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 180.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 20 de Novembro de 1972 - (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Ivo Tomazoni.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsim, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Mansur, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Arthur de Souza, Emilio Carrazzi e Xenofonte Villanueva. (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Hélio Manfrinato, João Fadel, Nivaldo Krüger e Pinto Dias. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 91-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 243-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 29-71, introduz alterações na Lei n.º 5.511, de 10-2-67, pela qual foi instituída a taxa de saúde. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 125-72.
 Levanta-se a Sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 181.ª Sessão Ordinária
Realizada em 20 de Novembro de 1972 - (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quilse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carrazzi, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsim, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Mansur, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggatti Filho, Odilon Reinhardt, Arthur de Souza, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Hélio Manfrinato, João Fadel, Nivaldo Krüger e Pinto Dias. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 1.390-72, do Senhor Eng. Osiris Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prestando esclarecimentos, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Erondy Silvério. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 1926-72, do Senhor Odir Gomes da Rocha, Presidente da Associação dos Servidores Públicos, do Paraná, encaminhando quadro de resultados finais dos Jogos dos Servidores Públicos, do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 177-72.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 174-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer um voto de pesar pelo falecimento nesta Capital do Sr. Jorge Radziminski, deixando viúva a Sra. D. Luiza Joaquina de Oliveira Radziminski e dois filhos.

O extinto, prestigiosa figura, na Administração Estadual, exerceu, por duas vezes o cargo de Diretor do Departamento de Rendas Internas onde deixou significativa folha de serviços.

Requer, outrossim, que à família enlutada seja dada ciência do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1972.

(a) — Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, telegrama consubstanciando a grande satisfação desta Casa e em particular do Município de Jandaia do Sul, pelo Decreto n.º 71.344, de 09-11-72, que reconheceu oficialmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do referido Município.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1972

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e Considerando que, a rodovia que interliga os Municípios de Campo Mourão a Cascavel, num percurso aproximado de 180 quilômetros, trechos diversos são conservados pelo D.E.R. (trecho de Campo Mourão a Mamburê, e da ponte sobre o Rio Piquiri a Cascavel);

Considerando que tal rodovia, que serve regiões populosas e produtivas dos Municípios de Campo Mourão, Mamburê, Boa Esperança, Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Aurora, Corbelia, Cascavel, além de um tráfego intenso e irracional de veículos que demandam do oeste e sudoeste ao norte do Estado, os trechos conservados pelo D.E.R. se encontram em completo abandono de conservação;

Considerando que nem sequer nos trechos de subidas e descidas regulares, não há revestimento primário, e a conservação assídua ou regular não é executada;

Considerando que em decorrência de tal circunstância, nos dias chuvosos, uma região populosa que atinge a 250.000 habitantes, fica completamente interditada a qualquer veículo pela interrupção do tráfego, e após as chuvas, nas estiagens, muitas vezes, são os próprios condutores de veículos que se obrigam a reparar os trechos interditados para poderem trafegar, fato que o signatário presenciou em diversas oportunidades, quando por lá trafegava.

Requer, ouvido o Plenário, consignar apelo veemente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a fim de que, providências sejam determinadas aos órgãos competentes do D.E.R. a fim de que os trechos da rodovia Campo Mourão a Cascavel sejam regularmente conservados, destacando-se o revestimento primário nos trechos de elevação.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1972.

(a) — Francisco Escorsim

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Considerando que a rodovia do Cerne, cujo trecho entre os municípios de Pirai do Sul ao de Assaí, é conservado pelo D.E.R.;

Considerando que tal rodovia, outrora a única que interligava o Sul ao Norte do Estado, serve ainda a vastas regiões, populosas e produtivas, entre elas, as dos municípios de Pirai do Sul, Curitiba, Sapopema, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão, Assaí, Santo Antônio do Paraíso, São Sebastião da Amoreira, além dos municípios circunvizinhos de Nova América da Colina, Nova Fátima, Congonhas, Arapoti e tantos outros e se encontra em completo abandono de conservação;

Considerando que, o próprio revestimento primário já não existe, tendo sido removido pelas chuvas e pela ausência de conservação, ocasionando sérios prejuízos à economia de uma vasta região, com a paralisação de tráfego em dias chuvosos, e dificuldades nos dias de estiagem, pela ausência quase completa de conservação.

Requer, ouvido o Plenário, consignar apelos veementes ao Poder Executivo, a fim de que, sejam determinados aos órgãos competentes do D.E.R. a execução de uma conservação na rodovia, e o revestimento primário que não mais existe.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1972.

(a) — Francisco Escorsim

Requerimento

Senhor Presidente:

O Paraná acaba de conquistar posição relevante no cenário empresarial brasileiro, com a escolha do líder do maior complexo de divulgação do Estado, Senhor Paulo Cruz Pimentel, para o cargo de presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Empresas de Televisão (ABRATE), entidade que reúne 54 estações emissoras e representa a força maior da iniciativa privada brasileira no setor das comunicações sociais.

Reunindo todas as emissoras brasileiras de televisão, constitui a ABRATE um organismo de relevância para o futuro nacional. Atua exatamente no momento de avanço tecnológico em que o povo, de Norte a Sul, integra-se através deste poder de comunicação e cultura que é a televisão, em cadeias capazes de unir o Brasil, de ponta a ponta, com programações simultâneas.

É importante a composição da ABRATE especialmente neste momento em que o Governo Federal pretende orientar os destinos da televisão brasileira, pondo em risco uma atividade que, graças à competição sã da livre iniciativa, e malgrado os erros de sua juventude, é hoje a mais perfeita e melhor aparelhada da América Latina.

Sendo assim, e ouvida a Casa, requiro sejam enviadas mensagens de congratulações ao paranaense eleito, ao presidente da entidade, ministro Cândido Mota Filho, e às direções de todas as emissoras de televisão do País, pela escolha feliz do presidente do Conselho Consultivo da ABRATE. Que constem das mensagens esta justificativa, com a moção desta Casa atestando que o Senhor Paulo Cruz Pimentel, por qualidades já demonstradas de empresário dinâmico e homem público idealista, reúne predicados para promover a aproximação entre emissoras e Estado, visando unicamente o bem do povo brasileiro.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1972.

Erondy Silvério

PROJETOS:

PROJETO DE LEI N.º 200-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada a utilidade pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande" com sede na cidade de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1972.

(s) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei n.º 6115, publicada no Diário Oficial n.º 77, de 24 de junho de 1970, foi declarada de utilidade pública a Sociedade de São Basílio o Grande com omissão da palavra Instrutiva, tornando-se necessário a retificação da presente lei, conforme consta dos estatutos da Sociedade arquivados com o projeto n.º 31-70 desta Casa.

A Sociedade tem sua sede social em Prudentópolis, conforme publicação no Diário Oficial n.º 18 de 21 de março de 1970, mas cuja jurisdição atinge todo o território nacional, tendo paróquias em São Paulo (Capital) e em Santa Catarina.

É uma Sociedade de largo âmbito educacional e social, em Curitiba tem o Seminário Maior (clássico e Filosofia) em Prudentópolis o Seminário São José (ginásio).

É uma medida de justiça, a retificação da Lei n.º 6.115 motivo porquanto solicito a aprovação dos nobres colegas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica elevado para o valor de dois (2) salários mínimos regionais da Capital a gratificação a que se refere o artigo 13, da Resolução n. 2-64, de 20 de fevereiro de 1964.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Resolução, correrão à verba própria do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1972

(As. Ilegível)

Presidente

(As. Ilegível)

1.º Secretário

(As. Ilegível)

2.º Secretário

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria (s) Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 144-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, cria um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 249-71, de autoria dos Deps. Quilse Crisóstomo e Arthur de Souza, autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 79-72, de autoria do Dep. João Fadel, autoriza o Poder Executivo criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada, Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 138-72, de autoria do Dep. João Marsur, autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 240-71, de autoria do Dep. Antonio Belinati, declara de Utilidade Pública, a Associação Metodista de Assistência Social (AMAS), da cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 160-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, declara de Utilidade Pública, a Diaconia, Sociedade Civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 102-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", pertencente a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Fundação de Ensino Superior de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 102-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", pertencente a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação de Ensino Superior de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972

a) Deputado Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

Representante e Porta-voz dos estudantes de Medicina do Norte do Estado o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", há cinco anos vem defendendo o interesse da classe estudantil da FMNP.

Fundado no dia 29 de março de 1967, a DAPP desde esta data vem contribuindo para a integração de seus associados no movimento estudantil e a promoção de campanhas que elevem e despertem nos estudantes a preocupação pela realidade médico-social do País e a adaptação do ensino médico a essa realidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 102-72

Autor: Deputado Alvaro Dias

Stimula: Declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, de Londrina.

RELATORIO E PARECER

Trata-se de uma entidade estudantil sem fins lucrativos que exerce atividades visando o desenvolvimento moral, intelectual, desportivo, cívico e social de seus associados e a promoção de campanhas cívicas e educacionais em favor do povo brasileiro.

Não há impedimento legal nem constitucional à pretensão do autor do Projeto.

Opinamos pela sua acolhida.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1972

aa) Maurício Fruct — Presidente (em exercício)

Muggiati Filho — Relator

Ovidio Franzoni — Igo Losso — Erondy Silvério — Cândido M. de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 106-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 2.843,94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professora do ensino primário da Escola Isolada da Granja, Município de Lapa. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 106-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professor do Ensino Primário Normal nível 16, da Escola isolada da granja, Município da Lapa, aposentada pelo Decreto n. 17.363, de 19 de novembro de 1965, para a importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco) por cento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 30 de junho de 1972.

a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA:

A pretendida elevação de proventos de inatividade justifica-se porque sua beneficiária foi aposentada por invalidez permanente, nos termos dos Artigos 126, alínea A, e 129, parágrafo único, da Lei n. 5.871 de 6 de novembro de 1968, combinado com o art. 72, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual na época em vigor.

Entretanto, ao fixar-se o "Quantum" da aposentadoria foi tomado por base o tempo de serviço daquela servidora o que concedeu-lhe apenas 70% (setenta por cento) dos vencimentos a que fazia jus no exercício de sua atividade e que, mesmo com os adicionais de 5% (cinco por cento) perfaz um total anual da ordem de Cr\$ 1.995,84 (hum mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta e quatro centavos), quantia irrisória se levarmos em consideração que a antiga servidora é portadora do "MAL DE HANSEN", conforme o incluso atestado da unidade sanitária da Secretaria de Saúde, do Município da Lapa, o que a impede de executar outra qualquer atividade para auferir rendimentos. Por outro lado, a legislação previdenciária prevê aposentadoria com vencimento integral para as vítimas do "MAL DE HANSEN", do câncer e de outras doenças infecto contagiosas que, impondo aos seus portadores aspecto deformante, repulente ou repulsivo lhes impede o convívio normal com a comunidade. Assim, entendemos nada mais justo que o Estado adote entendimento já consolidado em Lei Federal (I.N.P.S.) e por isso, estamos propondo o presente Projeto de Lei que, além de elevar um pouco cerca de 30% (trinta por cento), os proventos de inatividade de sua beneficiária ainda terá o caráter de solidariedade do Poder Público a uma professora atacada de mal irreversível.

Os nobres Deputados certamente terão o mesmo entendimento e darão ao presente Projeto de Lei o seu indispensável e honroso apoio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 30 de junho de 1972.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 106-72

AUTOR: Dep. João Fadel

SUMULA: Eleva os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt.

P A R E C E R

O ilustre Deputado João Fadel, pelo presente Projeto de Lei, quer reparar uma injustiça que teria sido cometida contra a professora Tereza Klanchmidt, quando o Estado fixou os proventos de inatividade proporcionalmente ao tempo de serviço por ela prestado, quando a sua aposentadoria fundamentou-se no fato de ser portadora do "Mal de Hansen" (v. atestado anexo).

Ora, a Constituição do Estado e a legislação ordinária em vigor, como o Estatuto do Magistério e o Estatuto dos Funcionários Civil do Estado, estabelecem que o funcionário será aposentado com vencimentos integrais no caso de doença grave, contagiosa ou incurável (b), I, art. 75, da C. Estadual não se justificando a redução dos proventos da funcionária cuja situação ora se examina.

A medida, portanto, possui a irrecusável virtude da reparação e visa restituir a integridade de um direito inexplicavelmente mutilado.

Isso basta para decidir meu parecer favorável ao Projeto.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Paulo Camargo — Borsari Netto — Emílio Carazzai — Igo Losso — Santos Lima e Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 106-72

- 1) Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado João Fadel autorizar o Poder Executivo a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professora primária, aposentada por motivo de doença.
 - 2) A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente à aprovação da proposição em exame.
 - 3) No que se refere ao aspecto financeiro que a mesma encerra nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela aprovação do Projeto.
- É o parecer, s.m.j.
Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1972.
- aa) Fuad Nacli — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
João Fadel — David Federmann

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 30-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 134-72 — aprova o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, objetivando instituir a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 30-72

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

- Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, para instituir a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972
- aa) Armando Queiroz — Presidente
Luiz Roberto Soares — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N. 134-72

- 1) — A presente Proposição, que tem origem em ofício da Prefeitura Municipal de Rio Negro, pretende a aprovação desta Casa para o convênio firmado entre a mesma e a Prefeitura Municipal de Mafra do Estado de Santa Catarina, para criação da Fundação Universitária do Norte Catarinense.
 - 2) — Atendendo o que dispõe o parágrafo único do artigo 96 da Lei Orgânica dos Municípios, opinamos pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução, anexo.
- Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.
- aa) Armando Queiroz — Presidente
Luiz Roberto Soares — Relator
Cândido M. de Oliveira — Maurício Fruct — Santos Lima — Igo Losso e Emílio Carazzai
- 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 31-72, de autoria da Co-

missão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 188-72 — aprova o acordo n. 4-72, celebrado em 26-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamização do Fundo de Águas e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da Sudesul — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 31-72

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

- Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo n. 4-72, celebrado em 26 de junho de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à indenização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da SUDESUL.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.
- aa) Armando Queiroz — Presidente
Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N. 188-72

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 43-72

- 1) — A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 43-72, e tem por objetivo encaminhar a esta Casa, para os fins constitucionais, o Acordo n. 4-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos.
 - 2) — O ato governamental merece o apoio desta Casa, pelo que opinamos pela sua aprovação, apresentando em anexo, o Projeto de Resolução que deverá consubstanciar a manifestação da Assembléia.
- É o parecer, s.m.j.
Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.
- aa) Armando Queiroz — Presidente
Paulo Camargo — Relator
Emílio Carazzai — Igo Losso — Santos Lima — Luiz R. Soares — Cândido Martins de Oliveira — Maurício Fruct

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 32-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 191-72 — aprova os convênios celebrados em 21-7-72, pelo Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniáçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, com as finalidades que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 32-72

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 21 de julho de 1972, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pi-

tanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniáçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26-10-72

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 191-72

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 46-72

P A R E C E R

- 1) — A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 46-72, que tem por objetivo encaminhar a esta Casa, para os fins constitucionais, Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e diversos Municípios, visando estabelecer normas de mútua cooperação, tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia.
- 2) — Os atos governamentais merecem o necessário apoio desta Casa, nos termos do art. 22, VII, da Constituição do Estado, pelo que opinamos pela sua aprovação, apresentando, em anexo, o Projeto de Resolução que consubstancia a manifestação da Assembléia.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26-10-72

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruct — Igo Losso — Luiz R. Soares — Cândido M. de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 33-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 193-72, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante dotações do Funrespól e verbas orçamentárias do referido Município. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SÚMULA: Mensagem n. 48-72, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado pelo Governo do Estado e Município de Prudentópolis, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do referido município.

P A R E C E R

O Convênio de que trata a presente Mensagem Governamental foi firmado com obediência aos princípios legais estando em condições de ser aprovado por esta Casa conforme exigência Constitucional. Para os devidos fins, apresento abaixo, projeto de Resolução.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Igo Losso — Luiz R. Soares

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 33-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio firmado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

aa) Santos Lima — Relator

Emílio Carazzai — Igo Losso — Maurício Fruct — Luiz R. Soares — Cândido M. de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Radziminski. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, a fim de que providências sejam tomadas junto aos órgãos competentes do D.E.R., no sentido de que os trechos da rodovia Campo Mourão a Cascavel sejam regularmente conservados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 174-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 177-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, a fim de que sejam determinados aos órgãos competentes do D.E.R., conservação da rodovia do Cerne do trecho entre os Municípios de Pirai do Sul ao de Assai. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, telegrama consubstanciando a grande satisfação desta Casa e em particular do Município de Jandaia do Sul, pela aprovação do Decreto n. 71.344 de 09-11-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja enviada mensagem de congratulações ao paraense eleito Paulo Pimentel, ao Sr. Presidente da ABRATE, Ministro Cândido Mota Filho e às Direções de todas as emissoras de televisão do País, pela escolha feliz do Presidente do Conselho Consultivo da ABRATE. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 240-71 e 160-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução ns. 30-72, 31-72, 32-72 e 33-72 e dos Projetos de Lei ns. 102-72 e 106-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos ns. 293-72, 110-72, 129-72 e 139-72.

Levanta-se a Sessão.